

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 413, DE 2025

Altera a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispor sobre o direito à moradia para pessoas com deficiência.

Autor: Deputado FAUSTO SANTOS JR.

Relatora: Deputada TALÍRIA PETRONE

I - RELATÓRIO

O projeto de lei acima ementado, de autoria do ilustre Deputado Fausto Santos Jr., tem por objetivo alterar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para acrescentar o §4º ao art. 32, para estabelecer que, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, caso a demanda por unidades habitacionais destinadas às pessoas com deficiência supere a reserva mínima de 3% (três por cento), o responsável pela implantação do programa habitacional deverá disponibilizar outras unidades, construídas ou em construção, observando-se a regras de acessibilidade ou adaptação razoável previstas no inciso III do caput do mesmo artigo.

Na justificativa do projeto, o Autor argumenta que o direito à moradia é um direito social assegurado pela Constituição, especificamente no artigo 6º. Assim, entende que embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabeleça que nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos deve haver a reserva de percentual mínimo de unidades habitacionais para a pessoa com deficiência, a demanda por unidades



habitacionais adaptadas pode, em certas situações, superar o mínimo legal de 3%, o que pode dificultar o acesso efetivo à moradia digna para essas pessoas.

Nos termos do inciso VII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) manifestar-se sobre o mérito da matéria. Na sequência, a proposição será encaminhada para análise também de mérito na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e, por fim, a matéria terá sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa examinadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A proposta tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o nosso relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano a proposta de alteração da Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), buscando acrescentar o §4º ao art. 32 da referida Lei, para estabelecer que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, caso a demanda por unidades habitacionais destinadas às pessoas com deficiência supere a reserva mínima legal de 3%, o responsável pela implantação do programa deverá disponibilizar outras unidades, construídas ou em construção, observando-se a regras de acessibilidade ou adaptação razoável já estabelecidas no inciso III do caput do referido artigo.

De pronto reconhecemos a elevada sensibilidade social da proposta, visto que muitas vezes a demanda por unidades habitacionais adequadas às pessoas com deficiência pode superar o mínimo legal de 3%, o



que acaba por dificultar ou mesmo inviabilizar o acesso efetivo à moradia digna para essas pessoas.

Nesse sentido, ao se inserir no Estatuto da Pessoa com Deficiência a obrigatoriedade de ampliação de oferta de unidades acessíveis quando a demanda superar o mínimo legal,, certamente temos efetivo fortalecimento do direito constitucional à moradia, notadamente para as pessoas com deficiência.

Ademais, ainda sob a ótica de análise desta Comissão, consideramos que do ponto de vista da viabilidade e racionalidade dos empreendimentos habitacionais, é mais adequado se garantir o aumento da oferta de unidades habitacionais às pessoas com deficiência da forma prevista no projeto, ou seja, conforme a demanda real, do que simplesmente aumentar o percentual previsto na Lei.

Por fim, embora o projeto ainda deva receber análise da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, verifica-se que a proposta está perfeitamente alinhada com o objetivo maior estabelecido no art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Diante de todo o exposto, nos aspectos em que cabe análise desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 413, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada TALÍRIA PETRONE
Relatora

